



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

PRL n.1

**Projeto de Lei nº 531, de 2022.**

(Apensados: PL nº 730/2023 e PL nº 1.372/2024)

Institui o Programa Nacional de Doação de Sangue, Plaquetas e Medula óssea.

**Autor:** Deputado PATRICK DORNELES

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

**I –RELATÓRIO**

O projeto em análise, de autoria do Deputado PATRICK DORNELES, institui o Programa Nacional de Doação de Sangue, Plaquetas e Medula óssea.

Ao projeto principal foram apensados:

**PL nº 730/2023**, de autoria do Deputado Paulo Litro, que dispõe sobre a realização, durante eventos esportivos e culturais, de campanhas de incentivo à doação de sangue.

**PL nº 1.372/2024**, de autoria do Deputado Marx Beltrão, que institui no âmbito de todo País o mês “Junho Vermelho”, dedicado à campanha de incentivo a doação de sangue.

O projeto tramita em regime ordinário (Art. 151, III, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II, tendo sido distribuído às Comissões às Comissões de Saúde, Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), nessa ordem.

Na Comissão de Saúde foi aprovado o parecer com complementação de voto do Relator Dep. Ismael Alexandrino, pela aprovação do projeto principal, do PL nº 730/2023, e do PL nº 1372/2024, apensados, com substitutivo.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

PRL n.1

Com o objetivo de avaliar o impacto orçamentário e financeiro da proposta em análise, esta relatoria encaminhou dois requerimentos de informação: o RIC nº 3.565/2024 ao Ministério da Fazenda e o RIC nº 3.566/2024 ao Ministério da Saúde, solicitando estimativas de custos e possíveis fontes de recursos compensatórios.

O Ministério da Fazenda, por meio do Ofício SEI Nº 70051/2024/MF, declarou que a matéria não se insere em suas competências e sugeriu o encaminhamento ao Ministério da Saúde, que supostamente disporia dos elementos necessários para o cálculo requerido.

O Ministério da Saúde, no Ofício nº 1735/2024/ASPAR/MS, referenciou o art. 132 da Lei nº 14.791/2023 (LDO 2024), enfatizando que a responsabilidade pela elaboração e apresentação da estimativa de impacto orçamentário cabe ao proponente. No entanto, significativamente, omitiu em sua resposta a redação do § 6º do mesmo artigo, o qual reproduzimos abaixo:

Art. 132. (...) § 6º Quando solicitados por **presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, os órgãos dos Poderes Executivo**, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União **fornecerão**, no âmbito de suas competências, no prazo máximo de sessenta dias, **os subsídios técnicos relacionados ao cálculo do impacto orçamentário e financeiro associado à proposição legislativa**, para fins da elaboração do demonstrativo a que se refere o caput.

Consequentemente, a resposta do Ministério da Saúde não contemplou a estimativa de impacto orçamentário e financeiro solicitada. Ademais, quando consultado sobre medidas de compensação para eventual impacto orçamentário, o ministério alegou não possuir competência, indicando que tal atribuição compete aos órgãos responsáveis pela gestão orçamentária e financeira da União.

É o relatório.

## II – VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da



\* C D 2 5 0 1 1 9 7 5 2 5 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

PRL n.1

conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “*a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor*” e como adequada “*a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual*”.

O projeto principal e o Substitutivo adotado na Comissão de Saúde preveem, em linhas gerais:

- (i) a criação, reformas e ampliações estruturais de hemocentros, hemonúcleos e postos de coleta de sangue, aquisição de unidades móveis, todos equipados com equipes multidisciplinares;
- (ii) garantias de isenção de pagamento de passagem em transporte coletivo - suprimido no Substitutivo da Comissão de Saúde;
- (iii) campanhas de publicitárias de rádio e televisão; e
- (iv) criação de uma carteira digital de doador e desenvolvimento de aplicativos móveis para permitir integração entre hemocentros e outras funcionalidades.

Como se percebe, o projeto acarreta aumento de despesa obrigatória da União, sendo que algumas dessas despesas obrigatórias se enquadram como de caráter continuado, em especial as necessárias para o funcionamento das novas unidades fixas e móveis previstas para o projeto.

Em relação às despesas obrigatórias que não são consideradas de caráter continuado, deve ser aplicado o disposto no art. 132 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 – LDO 2025 (Lei nº 15.080, de 29 de dezembro de 2024), que assim prescreve:



\* C D 2 5 0 1 1 9 7 5 2 5 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

PRL n.1

Art. 132. As proposições legislativas, de que trata o art. 59 da Constituição, e as propostas de atos infralegais que impliquem redução de receitas que não configure renúncia prevista no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, **ou aumento de despesas**, nos termos do disposto no art. 16 da referida Lei Complementar, **deverão estar acompanhadas das estimativas de impacto orçamentário-financeiro para o exercício em que entrarão em vigor e os dois subsequentes**, com as premissas e as metodologias de cálculo em grau de detalhamento suficiente para evidenciar a pertinência das estimativas elaboradas pelo órgão ou pela entidade proponente.

Já em relação aos gastos que se enquadram na condição de despesas obrigatórias de caráter continuado<sup>1</sup>, nos termos do art. 17 LRF, torna-se aplicável os § 1º e 2º do referido diploma legal, segundo os quais o ato que criar ou aumentar despesa obrigatória de caráter continuado deverá ser instruído com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e que tal ato deverá estar acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

No mesmo sentido, a Lei de Diretrizes Orçamentárias determina que as proposições legislativas, de que tratam o art. 59 da Constituição, as suas emendas e os atos infralegais que importem renúncia de receitas ou criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, nos termos do art. 14 e do art. 17 da LRF, deverão ser instruídos com demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação.

Em reforço, a Súmula nº 1/08-CFT, desta Comissão de Finanças e Tributação, dispõe que *"é incompatível e inadequada a proposição, inclusive em caráter autorizativo, que, conflitando com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - deixe de apresentar a*

1

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022  
PRL n.1

*estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro bem como a respectiva compensação".*

O modelo adotado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) atribui aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a organização e execução das ações e serviços de saúde em seus respectivos territórios. Nesse contexto, a responsabilidade pela estruturação de equipes multidisciplinares recai sobre esses entes federativos.

Assim, o projeto e o Substitutivo devem observar o disposto no art. 167, § 7º, da Constituição Federal, que determina que lei não imporá nem transferirá qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público, inclusive despesas de pessoal e seus encargos, para a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, sem a previsão de fonte orçamentária e financeira necessária à realização da despesa ou sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros necessários ao seu custeio.

Por fim, e não menos relevante, a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, conferiu status constitucional às disposições previstas na LRF e na LDO, as quais têm orientado o exame de adequação orçamentária e financeira por parte desta Comissão. Nesse sentido, o art. 113 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias reforçou o controle sobre alterações legislativas geradoras de impacto orçamentário, ao estabelecer que a *proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro*.

Todavia as estimativas quanto ao impacto orçamentário e financeiro e respectiva compensação, exigidos pelos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais anteriormente citados, não foram apresentadas.

Não obstante, para preservar a proposta de reconhecido mérito e prevenir potenciais entraves orçamentários, serão apresentadas emendas de adequação para eliminar a imposição de obrigatoriedades ao Poder Público que possam resultar na criação ou majoração de despesas permanentes ou instituição de renúncias de receitas.



\* C D 2 5 0 1 1 9 7 5 2 5 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

PRL n.1

Com as mudanças, o projeto e o Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde, juntamente com os apensados PL nº 730/2023 e PL nº 1.372/2024, passam a contemplar matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que *importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública* estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da **União** ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve *concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não*.

Diante do exposto, voto pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei 531 de 2022 (Apensados: PL nº 730/2023 e PL nº 1.372/2024), na forma do Substitutivo Adotado pela Comissão de Saúde (CASAUDE) desde que acolhidas 9 Subemendas de Técnica de Adequação.

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**

**Relatora**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

PRL n.1

**SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE  
SAÚDE AO PROJETO DE LEI Nº 531, DE 2022.**

(Apensados: PL nº 730/2023 e PL nº 1.372/2024)

Institui o Programa Nacional de Doação de  
Sangue, Plaquetas e Medula óssea.

***Autor:*** Deputado PATRICK DORNELES

***Relatora:*** Deputada LAURA CARNEIRO

**SUBEMENDA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO Nº 1 DE 2025**

**Dê-se a seguinte redação ao *caput* e aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 2º do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde ao Projeto de Lei nº 531, de 2022:**

**Art. 2º** Fica facultado aos entes responsáveis implantar ou ampliar a rede de coleta de sangue, plaquetas e medula óssea, composta por hemocentros, hemonúcleos e postos de coleta nos municípios brasileiros, podendo, para fins de implantação ou ampliação, ser considerados, entre outros critérios, a quantidade de habitantes e a integração com ações de conscientização e promoção em eventos esportivos e culturais, na forma do regulamento.

§ 1º A implantação e a ampliação de unidades de coleta poderão levar em conta, entre outros fatores, a densidade populacional e a acessibilidade em áreas remotas, com vistas a favorecer a ampliação da cobertura no território nacional.

§ 2º Poderão ser adotados, para fins de planejamento de novas unidades de coleta, critérios como o percentual estimado de potenciais doadores e a







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Finanças e Tributação**

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

**PRL n.1**

distância em relação às unidades coordenadoras, sem prejuízo de outros parâmetros definidos pelos gestores competentes.

§ 3º A rede de coleta já existente poderá passar por reformas e ampliações estruturais, inclusive de forma periódica, sempre que tais medidas forem consideradas pertinentes pelas autoridades responsáveis.

.....

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**

**Relatora**







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

PRL n.1

**SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE  
SAÚDE AO PROJETO DE LEI Nº 531, DE 2022.**

(Apensados: PL nº 730/2023 e PL nº 1.372/2024)

Institui o Programa Nacional de Doação de  
Sangue, Plaquetas e Medula óssea.

**Autor:** Deputado PATRICK DORNELES

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

**SUBEMENDA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO Nº 2/2025**

**Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Substitutivo adotado pela Comissão de  
Saúde ao Projeto de Lei nº 531, de 2022:**

**Art. 3º** As redes de hemocentros poderão ser dotadas de unidades móveis de coleta (ônibus de coleta) com o objetivo de ampliar e facilitar a doação de sangue, plaquetas e medula óssea, podendo atuar inclusive em eventos esportivos e culturais, na forma do regulamento.

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**

**Relatora**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

PRL n.1

**SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE  
SAÚDE AO PROJETO DE LEI Nº 531, DE 2022.**

(Apensados: PL nº 730/2023 e PL nº 1.372/2024)

Institui o Programa Nacional de Doação de  
Sangue, Plaquetas e Medula óssea.

***Autor:*** Deputado PATRICK DORNELES

***Relatora:*** Deputada LAURA CARNEIRO

**SUBEMENDA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO Nº 3/2025**

**Dê-se a seguinte redação ao art. 4º do Substitutivo adotado pela Comissão de  
Saúde ao Projeto de Lei nº 531, de 2022:**

**Art. 4º** As redes de hemocentros e as unidades móveis poderão contar com equipes multidisciplinares, incluindo profissionais de saúde, assistência psicológica e assistência social, preparados para atuação tanto em locais fixos quanto em eventos.

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

**PRL n.1**

**SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE  
SAÚDE AO PROJETO DE LEI Nº 531, DE 2022.**

(Apensados: PL nº 730/2023 e PL nº 1.372/2024)

Institui o Programa Nacional de Doação de  
Sangue, Plaquetas e Medula óssea.

***Autor:*** Deputado **PATRICK DORNELES**

***Relatora:*** Deputada **LAURA CARNEIRO**

**SUBEMENDA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO Nº 4/2025**

**Dê-se a seguinte redação ao art. 5º do Substitutivo adotado pela Comissão de  
Saúde ao Projeto de Lei nº 531, de 2022:**

**Art. 5º** Poderão ser estabelecidas parcerias estratégicas com organizadores de eventos esportivos e culturais para promover campanhas de doação de sangue, com vistas a ampliar a visibilidade e o alcance dessas iniciativas.

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

PRL n.1

**SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE  
SAÚDE AO PROJETO DE LEI Nº 531, DE 2022.**

(Apensados: PL nº 730/2023 e PL nº 1.372/2024)

Institui o Programa Nacional de Doação de  
Sangue, Plaquetas e Medula óssea.

**Autor:** Deputado PATRICK DORNELES

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

**SUBEMENDA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO Nº 5/2025**

**Dê-se a seguinte redação ao *caput* e parágrafo único do art. 6º do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde ao Projeto de Lei nº 531, de 2022:**

**Art. 6º** O Ministério da Saúde poderá conduzir campanhas publicitárias educativas, abrangendo rádio, TV e painéis informativos, inclusive voltadas ao público de eventos esportivos e culturais, visando aumentar a conscientização sobre a importância da doação.

**Parágrafo único.** As campanhas educativas poderão ser direcionadas a diferentes segmentos da população, inclusive por meio de programas específicos em ambientes escolares e universitários, com o objetivo de desmistificar a doação e incentivar a participação desde a juventude.

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**

**Relatora**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

**SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE  
SAÚDE AO PROJETO DE LEI Nº 531, DE 2022.**

(Apensados: PL nº 730/2023 e PL nº 1.372/2024)

Institui o Programa Nacional de Doação de  
Sangue, Plaquetas e Medula óssea.

**Autor:** Deputado *PATRICK DORNELES*

**Relatora:** Deputada *LAURA CARNEIRO*

**SUBEMENDA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO Nº 6/2025**

**Dê-se a seguinte redação ao *caput* e parágrafo único do art. 7º do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde ao Projeto de Lei nº 531, de 2022:**

**Art. 7º** Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Carteira Nacional Digital do Doador de Sangue, com aplicativo móvel destinado a interligar hemocentros e facilitar o acompanhamento das doações, inclusive por meio de notificações sobre eventos de doação e alertas relativos a estoques críticos.

**Parágrafo único.** A Carteira Nacional Digital do Doador poderá contar com funcionalidades como agendamento de doações e monitoramento de informações de saúde do doador, visando proporcionar experiência mais integrada e informativa.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Finanças e Tributação**

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**

**Relatora**

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

**PRL n.1**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250119752500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

PRL n.1

**SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE  
SAÚDE AO PROJETO DE LEI Nº 531, DE 2022.**

(Apensados: PL nº 730/2023 e PL nº 1.372/2024)

Institui o Programa Nacional de Doação de  
Sangue, Plaquetas e Medula óssea.

***Autor:*** Deputado **PATRICK DORNELES**

***Relatora:*** Deputada **LAURA CARNEIRO**

**SUBEMENDA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO Nº 7/2025**

**Dê-se a seguinte redação ao art. 8º do Substitutivo adotado pela Comissão de  
Saúde ao Projeto de Lei nº 531, de 2022:**

**Art. 8º** O programa poderá incorporar sistema de monitoramento e avaliação contínua, de modo a permitir ajustes e melhorias com base em dados coletados e em opiniões dos participantes, buscando aprimorar a eficácia e a pertinência das iniciativas implementadas.

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

PRL n.1

**SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE  
SAÚDE AO PROJETO DE LEI Nº 531, DE 2022.**

(Apensados: PL nº 730/2023 e PL nº 1.372/2024)

Institui o Programa Nacional de Doação de  
Sangue, Plaquetas e Medula óssea.

**Autor:** Deputado PATRICK DORNELES

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

**SUBEMENDA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO Nº 8/2025**

**Dê-se a seguinte redação ao art. 9º do Substitutivo adotado pela Comissão de  
Saúde ao Projeto de Lei nº 531, de 2022:**

**Art. 9º** A implementação das ações previstas nesta Lei dependerá da  
disponibilidade orçamentária e financeira e observará a conveniência e a  
oportunidade administrativas.

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**



\* C D 2 5 0 1 1 9 7 5 2 5 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 12:16:21.600 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 531/2022

PRL n.1

**SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE  
SAÚDE AO PROJETO DE LEI Nº 531, DE 2022.**

(Apensados: PL nº 730/2023 e PL nº 1.372/2024)

Institui o Programa Nacional de Doação de  
Sangue, Plaquetas e Medula óssea.

**Autor:** Deputado PATRICK DORNELES

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

**SUBEMENDA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO Nº 9/2025**

**Dê-se a seguinte redação ao *caput* e parágrafo único do art. 10 do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde ao Projeto de Lei nº 531, de 2022:**

**Art. 10.** É reconhecido, em âmbito nacional, o mês de junho como “Junho Vermelho”, dedicado à campanha de incentivo à doação de sangue.

**Parágrafo único.** A campanha de incentivo à doação de sangue de que trata o art. 1º desta Lei poderá ser realizada por meio de ações e campanhas, a cargo dos órgãos públicos competentes.

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**

**Relatora**

